

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.519 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2002



Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência pública sobre relacionamento da Ford com distribuidores

Fechamento de revendas da Ford será debatido pela CAE

PÁGINA 3

Relator acolhe 31 emendas à MP da anistia política

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que regulamenta a anistia política prevista na Constituição deve se reunir amanhã para votar o parecer do relator, senador Renan Calheiros. Das 109 emendas à matéria apresentadas pelos parlamentares, Calheiros decidiu acolher 31.

PÁGINA 3

CCJ vota proibição de clonagem de embriões humanos

Projeto de Sebastião Rocha que pode ser votado quarta-feira pela CCJ regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética e veda os procedimentos que visem à duplicação do genoma com a finalidade de clonar embriões de seres humanos.

PÁGINA 5

As mulheres representam:



Mulher pode ter benefício em programas de moradia

PÁGINA 4

Senado discute a proposta que moderniza Justiça

Plenário inicia na quarta-feira a discussão da proposta de emenda constitucional, relatada por Bernardo Cabral, que reforma o Poder Judiciário

Definida pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, como uma das mais importantes matérias em tramitação no Legislativo, a proposta visa modernizar a Justiça levando em conta que o juiz faz parte da comunidade e que somente assim pode atuar com eficácia. Em casos de corrupção de juízes, o projeto dá ao cidadão o direito de participar da instauração de processos legais. O Plenário examina diversas outras matérias no decorrer da semana. Amanhã, deve ser votado o projeto que extingue a obrigatoriedade da realização de concurso



Bernardo Cabral apresentou na CCJ parecer favorável a emendas

de provas para preenchimento das vagas dos serviços notariais e de registros públicos reservadas a provimento mediante remoção.

PÁGINA 3

Bienal do Livro leva o Parlamento a Natal

PÁGINA 2



Foto: Comissão da Feira do Livro



Estande do Senado na bienal oferece atendimento especial a professores e estudantes

Comissão analisa projeto para proteger a língua portuguesa

Amir Lando apresentou substitutivo a projeto da Câmara que restringe o uso de palavras estrangeiras. Matéria será examinada amanhã pela Comissão de Educação.

PÁGINA 2

Comissão do Mercosul analisa Alca

A Comissão Mista do Mercosul deve votar amanhã, às 14h30, o relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) sobre projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que determina a convocação de plebiscito sobre a suspensão, por 20 anos, das negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O relatório reduz o prazo para 15 anos e substitui o plebiscito (consulta popular prévia) por referendo (consulta popular posterior). Assim, depois de negociados os termos do acordo e assinado o tratado, a sociedade poderia decidir pelo ingresso ou não do Brasil na Alca. O senador Luiz Otávio (PPB-PA) apresentou voto em separado contrário à aprovação da matéria.

Indicações de embaixadores estão na pauta

Na reunião de amanhã, a partir das 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisará a indicação de quatro diplomatas para o cargo de embaixador do Brasil no exterior.

O embaixador na Itália, Ângelo Andréa Matarazzo, foi indicado para ocupar, cumulativamente, a embaixada na Albânia. Para a embaixada do Brasil em Honduras, foi escolhido Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti. O embaixador na República Popular da China, Affonso Celso de Ouro Preto, também foi indicado para acumular o cargo junto à República Popular Democrática da Coreia. Para a embaixada brasileira na Malásia, o indicado é o diplomata Edgard Telles Ribeiro.

A CRE também deverá apreciar requerimento da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) para a realização de audiência pública sobre desenvolvimento fronteiriço entre Brasil e Uruguai.



Emilia Fernandes

Senado examina proibição de expressões estrangeiras

Projeto da Câmara dos Deputados que obriga troca de estrangeirismos por termos em português recebeu substitutivo do relator, Amir Lando

Palavras ou expressões em língua estrangeira usadas nos meios de comunicação, na publicidade, no comércio e nas escolas deverão ser substituídas pelo equivalente em português, conforme projeto de lei do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) que será examinado amanhã, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação.

A proposta recebeu substitutivo do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO). Conforme o substitutivo, os estrangeirismos pertencentes a áreas de inovação tecnológica – informática, por exemplo – devem ser submetidos a uma comissão de especialistas, que constituirá o respectivo glossário, com



Comissão de Educação também analisa amanhã criação de TV a cabo para Forças Armadas

sugestões de termos equivalentes no vernáculo ou resultantes de aportuguesamento.

Em turno suplementar será apreciado substitutivo apresentado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a projeto de lei do senador Luiz Otávio (PPB-PA) dispondo que as Forças Armadas poderão ter um canal próprio de televisão a cabo sob a responsabilidade do Ministério da Defesa,

que será incumbido de divulgar as atividades dos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente aprovada pela comissão, uma vez que já foi aprovada em sua reunião anterior.

Com um total de 30 itens, a pauta da Comissão de Educação inclui também projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognóstico autorizado pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos. A matéria, que será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos, tem substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PT-RS).

Livro sobre senadores será lançado em Natal

O Senado lançará quinta-feira, na Bienal Nacional do Livro de Natal, a obra *Parlamentares do Rio Grande do Norte – Senadores do Império à República*, de autoria do diretor-geral da Casa, Agaciél Maia. Deverão participar do evento o governador do estado, Fernando Freire, os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Geraldo Melo (PSDB-RN) e José Agripino (PFL-RN), além do prefeito da capital, Carlos Eduardo Alves, e do ex-governador Garibaldi Filho. A bienal iniciou-se sexta-feira e vai até o dia 22.

Na ocasião, serão entregues ao governador Fernando Freire exemplares da versão da Constituição do Rio Grande do Norte na linguagem braile, para distribuição entre instituições de apoio a ce-

gos e bibliotecas públicas do estado. O estande do Senado conta com um espaço destinado aos deficientes visuais. Lá eles poderão ter acesso a exemplares em braile da Constituição de 1988, do Código de Defesa do Consumidor, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Foi montada no estande exposição de obras raras e documentos atuais e do século 19 sobre episódios importantes da história do país e do Rio Grande do Norte. Os visitantes poderão adquirir os mais recentes lançamentos com o selo do Conselho Editorial do Senado, além dos mais de cem títulos do seu catálogo de publicações. A Constituição federal estará disponível em disquete (R\$ 2)

e na versão impressa (R\$ 10).

Dois computadores com acesso à Internet foram instalados no estande, para que o público possa visitar as páginas do Senado na rede. No endereço <http://www.senado.gov.br>, podem ser encontradas informações sobre projetos.

Outra atração do estande é um aparelho de televisão sintonizado na TV Senado. Também poderão ser feitas assinaturas gratuitas do *Jornal do Senado*. As crianças que visitarem a Bienal receberão a revista *Jovem Cidadão*, com brincadeiras e informações sobre o trabalho do Legislativo e a importância das leis para a cidadania. Os professores terão atendimento especial e receberão algumas publicações gratuitas.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 106/01, que estabelece critério sobre preenchimento de vagas para a atividade notarial ou de registro; PLC nº 123/01, dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal; PLS nº 71/02, altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos ao interrogatório do acusado e à defesa; PLS nº 72/02, altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos ao tribunal do júri; PLS nº 168/99, altera o Código de Trânsito Brasileiro; PDL nº 175/02, entre outras proposições.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: emendas da Câmara ao PDL nº 1/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à Nota Conjuz/Minfa 24, de 1992, por meio da Exposição de Motivos nº 19/92, do ministro da Infra-Estrutura; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00, introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; PLC nº 84/00, dispõe sobre consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher; entre outras proposições.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01, estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00, introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; entre outras proposições.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

14h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

14h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

17h – CPI das ONGs

18h – Comissão de Assuntos Sociais

18h – Comissão Mista da MP nº 2151-3, que regulamenta disposição transitória da Constituição sobre o anistado político.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário inicia discussão da reforma do Judiciário

Proposta que está incluída na ordem do dia de quarta-feira é definida por Ramez Tebet como uma das matérias mais importantes em exame

O Senado inicia nesta quarta-feira a discussão da reforma do Judiciário, analisando proposta de emenda à Constituição (PEC) definida pelo presidente da Casa, senador Ramez Tebet, como das mais importantes em tramitação no Legislativo. A proposta visa modernizar a Justiça, levando em conta que o juiz faz parte da comunidade e que somente assim pode julgar com eficácia.

Em casos de corrupção do juiz, a PEC dá ao cidadão o poder de participar da instauração dos procedimentos legais. O texto pretende dar aos que representam o Judiciário a necessária representatividade para que a função de julgar não seja privilégio de alguns, mas legítimo direito de todos os brasileiros. Com parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a proposta recebeu emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto oriundo da Câmara insti-



O relator, Bernardo Cabral, acolheu várias emendas apresentadas à PEC

tuindo, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a Carteira Nacional de Saúde da Mulher. O documento trará os dados identificadores do serviço de saúde e do profissional assistente da usuária, privilegiando os procedimentos de prevenção e controle do câncer ginecológico e de mama.

Amanhã, o Plenário vota projeto que extingue a obrigatoriedade da realização de concurso de provas para o preenchimento das vagas dos serviços notariais e de

registros públicos reservadas a provimento mediante remoção. Isso porque dúvida de interpretação decorrente da atual lei levou a Associação dos Notários e Registradores do Brasil a pedir que seja declarada sua inconstitucionalidade.

No mesmo dia, o Senado vota projeto definindo a agroindústria artesanal como o estabelecimento onde se processa a transformação de produtos de origem animal, vegetal e microbiana, elaborados em pequena escala, com características tradicionais, ou regionais próprias, devidamente identificadas para a comercialização.

Será votado ainda projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) modificando o Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de reduzir exigências impostas aos condutores de *trailers* e motor-casas.

Quinta-feira, o Senado vota em primeiro turno proposta do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que fixa limites para gastos com a publicidade das obras públicas.

Ciro Gomes fala no Congresso sobre Orçamento

O candidato à Presidência da República da Frente Trabalhista (PPS, PDT e PTB), **Ciro Gomes**, vai expor à Comissão Mista de Orçamento, nesta quarta-feira, às



Senador João Alberto é o relator da LDO

10h, seu pensamento a respeito de como deve ser feito e o que pode ser alterado na elaboração e tramitação do Orçamento da União.

Também foram convidados para falar sobre o assunto os candidatos José Serra (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Anthony Garotinho (PSB). As datas de comparecimento à comissão ainda não foram definidas.

A comissão começa a votar amanhã os 310 destaques a projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, que tem como relator o senador João Alberto (PMDB-MA).

CAE ouve presidente da Ford e ex-revendedores da montadora

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará amanhã, às 17h, audiência pública destinada a ouvir o presidente da Ford, seus ex-revendedores e representantes do Ministério da Justiça sobre denúncias de abuso de poder econômico da multinacional ao



Realização da audiência pública foi solicitada por Lindberg Cury

descredenciar dezenas de distribuidores de seus veículos. O requerimento para a audiência é de iniciativa do senador Lindberg Cury (PFL-DF).

Foram convidados, além do presidente da Ford Motor Company Brasil, Antonio Maciel Neto, o presidente da Associação Brasileira dos ex-Distribuidores Ford, Humberto Ludovico, e autoridades da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e do Conselho

Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Em seu requerimento, Lindberg Cury pondera que a Ford começou a perder clientes no final dos anos 80, tendo passado de 25% do mercado nacional de veículos para apenas 7%. Nesse processo, segundo ele, a relação com os revende-

dores foi se deteriorando. Por imposição de cláusulas contratuais, a empresa detém atualmente "todo o poder sobre o destino de seus distribuidores", afirma o senador. Conforme Lindberg, a empresa fixa "preços abusivos e irreais, impondo volumes artificiais e insustentáveis para a aquisição de veículos e componentes, praticando vendas casadas e outros procedimentos que trazem prejuízo às vendas".

Comissão vota pedidos para depoimentos sobre denúncias

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve votar nesta quarta-feira dois requerimentos solicitando depoimentos de autoridades para esclarecimentos de denúncias de irregularidades em privatizações.



Helôisa Helena quer esclarecer episódio envolvendo a Previ

O senador Romero Jucá (PSDB-RR)

pediu que sejam convidados o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) e dois ex-diretores do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), Humberto Diniz e Antonio Nogueiro. O senador quer que eles esclareçam a participação do deputado na privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

O requerimento de Jucá baseia-se em reportagens publicadas pelo jornal *O Globo*, segundo o qual o deputado esteve por duas vezes com os diretores da Previ objetivando influir na composição do consórcio a ser formado para in-

gressar no leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Já a senadora Helôisa Helena (PT-AL) quer que a comissão ouça as explicações do senador e candidato a presidente pelo PSDB, José Serra (SP), e do empresário Gregório Marin. Seu requerimento tem por base reportagens publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo as quais Marin, ex-sócio do senador, teria recebido recursos da Previ para participar de leilões de privatização de três estatais estaduais de energia.

Outro requerimento, do senador Moreira Mendes (PFL-RO), solicita que o diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura do Ministério da Agricultura e Abastecimento, Gabriel Calzavara de Araújo, preste depoimento sobre denúncias publicadas na imprensa sobre irregularidades em projetos de pesca no Nordeste.

Calheiros propõe mudança na MP que complementa anistia

O relator da medida provisória que regulamenta a anistia política prevista na Constituição, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), acolheu 31 das 109 emendas apresentadas pelos parlamentares. A comissão mista que analisa a matéria se reúne amanhã, às 18h, para discutir e votar o projeto de lei de conversão elaborado pelo senador.

O deputado Fernando Coruja (PDT-SC) é o autor de duas das emendas aceitas pelo relator. A primeira estende os benefícios da anistia aos servidores públicos e trabalhadores civis de setores considerados estratégicos que foram demitidos por adesão a movimentos grevistas. A outra permite que o anistiado político, ou seu dependente, solicite a revisão do valor da correspondente prestação mensal da reparação, que deve ser permanente e continuada. A solicitação pode ser feita a qual-



Renan Calheiros aceitou emenda que permite readmissão do anistiado

quer tempo, explicou o relator.

Renan Calheiros também incorporou emenda apresentada pelo deputado Waldir Pires (PT-BA) que garante ao anistiado, além da reparação econômica, também a readmissão e a promoção na inatividade. Os custos da readmissão e

das eventuais promoções deverão ser bancados pelo Tesouro Nacional.

O relator introduziu várias outras modificações no projeto de lei de conversão da MP, reeditada pela última vez em 26 de agosto do ano passado. De acordo com o texto a ser analisado, o anistiado poderá solicitar a conclusão do curso que foi obrigado a interromper. O projeto também prevê o registro do diploma dos que concluíram seus estudos em instituições de ensino no exterior, mesmo que não haja correspondente no Brasil.

Francelino pede apoio para movimento municipalista

Segundo o senador, não há no país município que não esteja “à míngua” pela centralização de recursos e de poder político na União

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez um apelo na sexta-feira, em Plenário, para que todo o Senado se engaje na Campanha Nacional pelo Municipalismo Novo, deflagrada a partir dos 853 municípios do estado de Minas Gerais e que pretende lutar por medidas de descentralização do poder financeiro e político na Federação. Segundo Francelino, apesar do enorme avanço propiciado pela Constituição de 1988, que garantiu uma partilha de recursos para estados e municípios, “a verdade é que os prefeitos ainda têm de viajar a Brasília, com o pires na mão, para mendigar migalhas de recursos”.

O movimento deflagrado pelos prefeitos mineiros, destacou Francelino, “traz um sentimento de Brasil” e pretende corrigir uma grave distorção existente hoje, que é a excessiva centralização de recursos e de poder político na União.

— Não há atualmente no país município que não esteja à míngua, carente de recursos — afirmou o senador, para quem a situação se agrava ainda mais à medida que o governo central transfere para esses municípios mais e mais encargos sem repassar a eles os recursos financeiros correspondentes.

Brasília, assinalou Francelino Pereira, ainda continua a centralizar todas as decisões, obrigando, assim,



Francelino Pereira destaca a Campanha Nacional pelo Municipalismo Novo

a visita permanente de governadores e prefeitos à cata de recursos. Ele também criticou o sistema de partilha de parcelas dos recursos orçamentários, pelo qual os parlamentares apresentam emendas coletivas e individuais pleiteando verbas, mas não podem ter certeza de que esse dinheiro realmente chegará aos seus municípios.

Fotos: José Cruz

O senador afirmou que um movimento similar ao atual, em benefício do fortalecimento municipal, surgiu nas décadas de 50 e 60 e tornou-se vitorioso na Constituinte de 1988. O que se conseguiu ali, contudo, não eliminou a concentração financeira em torno da União, sendo necessária, afirmou, a adoção de novos mecanismos.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse ver com tristeza o nível de centralização administrativa que se pratica hoje. Lembrou que é preciso reconhecer que o cidadão vive no município, que por isso tem de ser fortalecido. O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) apoiou o movimento em favor dos municípios e destacou a importância de um Orçamento impositivo, de modo a obrigar o Executivo a, de fato, aplicar o que está previsto.

Reginaldo: BR-116 está intransitável no Ceará

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) fez, na sexta-feira, um apelo ao governo federal para que determine, de imediato, a recuperação e a manutenção dos trechos da BR-116 que passam pelo estado do Ceará e que se encontram hoje “em estado lastimável, sem a mínima condição de



Reginaldo Duarte adverte para a iminência de crise no setor rodoviário

tráfego e em completo abandono”.

Segundo o senador, a BR-116, que liga Fortaleza (CE) a Jaguarão (RS), concentra atualmente seus piores trechos no Nordeste. Dos 550 quilômetros da estrada no estado do Ceará, observou, somente 150 quilômetros estão classificados como

em estado “razoável a ruim” de conservação. O restante da estrada, afirmou, “não oferece a mínima condição de tráfego”.

A crise de energia elétrica recentemente vivida pelo país, segundo Reginaldo Duarte, serviu para mostrar a que ponto pode chegar a falta de planejamento. Se não forem adotadas séri-

as providências agora, observou, a próxima crise a ser vivida pelos brasileiros acontecerá no setor rodoviário.

Ao dar exemplo do abandono das estradas pelo governo federal, Reginaldo Duarte destacou que, do quilômetro 314 ao 420 da BR-116, den-

tro do estado do Ceará, as condições são consideradas entre ruins e péssimas. A barragem de Castanhão, acrescentou, não pode mais acumular água, porque, se isso vier acontecer, a BR-116 será inundada. As obras programadas para a estrada naquela região não foram realizadas pelo governo, assinalou.

Reginaldo Duarte disse ainda que o tráfego pesado no Ceará está sendo deslocado para a estrada CE-21, sem condições de suportá-lo, o que vem contribuindo para que se deteriore também a rodovia estadual. Ressaltou, ainda, que o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte ainda não liberou “um único centavo” este ano para o trecho da duplicação da BR-116 na saída de Fortaleza, com as obras paralisadas há três anos.

Amir Lando se solidariza com agricultores sem terra

O senador Amir Lando (PMDB-RO) expressou sua solidariedade a mais de 600 famílias de agricultores sem terra que invadiram uma área de reserva no município de Buritis, em Rondônia.

— Desta tribuna, estamos participando da sua dor e angústia e defendendo o direito dos agricultores de Rio Pardo a ter acesso à terra para plantar, lançar moradia, buscar a paz e a promoção econômica e social — disse.

Depois de sucessivos apelos dos produtores rurais e conflitos na região, Lando informou que o Instituto Nacional de Colonização e Re-



Amir Lando defende medidas que evitem conflitos e mortes

forma Agrária (Incra) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já estão estudando uma forma de fixá-los na área. O senador lamentou, no entanto, que essa decisão só

tenha ocorrido após confrontos que resultaram em dez mortes.

— A administração da questão agrária tem de ser conduzida de forma a se antecipar a conflitos e mortes — disse Lando, perguntando até quando vão ocorrer acampamentos de sem-terra quando há tanta oferta de terra fértil no país.

Ademir quer transparência das regras para repasse de recursos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto para tornar obrigatória, de forma clara e em tempo hábil, a divulgação das regras para obtenção, pelos estados, municípios e Distrito Federal, dos recursos consignados na lei orçamentária da União. Pela proposta, os órgãos responsáveis pelo repasse de recursos da União deverão publicar, até 15 dias após a sanção da lei orçamentária de cada ano, orientações específicas sobre os procedimentos necessários para efetivar as transferências. Os mesmos órgãos terão que divulgar a publicação das regras no programa *A Voz do Brasil* por no mínimo cinco dias úteis.

O projeto está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e depois seguirá para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Na justificativa do projeto, Ademir argumenta que só uns poucos privilegiados conhecem todas as exigências feitas pelos diversos órgãos para a obtenção de recursos alocados no Orçamento da União para programas, convênios, financiamentos, repasses especiais e subsídios. Segundo ele, muitos municípios, pelo fato de desconhecem as possibilidades de obtenção de recursos, não conseguem participar dos programas governamentais.

Mulheres podem ter 50% das vagas em programa de moradia

Com parecer favorável da senadora Maria do Carmo (PFL-SE), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa na quarta-feira projeto que assegura à mulher, independentemente do seu estado civil, o título de transferência de posse e de domínio nos programas de produção e distribuição de moradias promovidos pelo poder público e financiados com recursos do Orçamento Geral da União, sem contrapartida financeira do adquirente.

O projeto, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), estabelece que, nos programas de distribuição de moradias construídas com recursos públicos, 50% delas serão destinadas a mulheres

de baixa renda (com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos).

A política habitacional ignora a tendência da composição da família brasileira, confirmada no último censo, justifica o autor do projeto. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que o número de mulheres já supera o de homens em quase 3 milhões, o que faz da população feminina aproximadamente 51% do total.



Maria do Carmo deu parecer favorável ao projeto sobre moradia

Patrocínio: Brasil pode ter lei sobre clonagem humana

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) elogiou em Plenário, na sexta-feira, a realização pelo Senado, nos últimos dias 11 e 12, do Seminário sobre Clonagem Humana. A exemplo de outros países, o Brasil já estaria em condições, na opinião do senador, de aprovar uma lei que contemple os anseios dos diversos segmentos da sociedade interessados na questão.

Patrocínio assinalou a disposição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), um dos coordenadores do evento, de flexibilizar projeto de lei que apresentou sobre o tema, mantendo a proibição de realização de cópias de seres humanos e admitindo a clonagem de órgãos e tecidos para fins terapêuticos.

Sebastião Rocha criticou, na última quinta-feira, a cobertura do seminário, feita pelo *Jornal do Senado*. Mesmo admitindo que foram publicadas boas matérias em algumas edições, o senador lamentou que, no dia seguinte ao encerramento do evento, o jornal não tenha publicado nada sobre o assunto.

Projeto que regulamenta pesquisa genética será analisado na CCJ

Proposta de Sebastião Rocha estabelece regras para experimentação técnico-científica e veda duplicação de genoma com finalidade de clonar embriões de seres humanos

A engenharia genética volta à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na quarta-feira, a partir das 10h, a CCJ se reúne para debater, entre outros assuntos, o projeto de lei do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética e veda os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de clonar embriões de seres humanos.

A matéria já conta com parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que elaborou substitutivo ao projeto original. A decisão final caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), salvo se houver requerimento para deliberação do Plenário.

Ainda na área genética, a CCJ

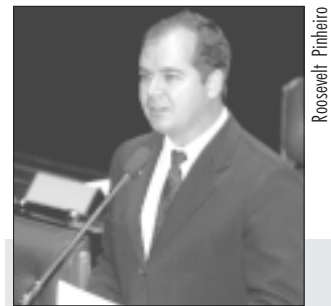


Quintanilha apresentou substitutivo ao projeto de lei original

examinará projeto do ex-senador Blairo Maggi que veda a instituições públicas a transferência do direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas. O projeto recebeu substitutivo do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), e tramita em caráter terminativo. A decisão ficará a cargo da Comissão de Educação (CE).

CÓDIGO ELEITORAL

Consta também da pauta da CCJ projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que modifica o Código Eleitoral para permitir a filiação partidária dos servidores da Justiça Eleitoral. A matéria já recebeu parecer contrário do senador Bello Parga (PFL-MA). Outro projeto a ser analisado pela comissão foi apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e dispõe sobre pesquisas e testes pré-eleitorais. Com parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou uma emenda, o projeto será examinado em caráter terminativo. Também no terreno das eleições, a CCJ deliberará sobre proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que permite a participação de estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais. A PEC tem parecer favorável do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).



Tião Viana é autor da proposta da reunião, que acontece amanhã na CAS

Audiência debate acesso a recurso genético

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência pública amanhã com a finalidade de avaliar e debater as iniciativas do Congresso Nacional e do Executivo federal na área da regulamentação do acesso a recursos genéticos no Brasil. A reunião, requerida pelo senador Tião Viana (PT-AC), está marcada para as 18h, após a ordem do dia.

A audiência pública deverá contar com a participação de Maria Eliza de Souza Azevedo, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Maria Celeste Hemerick, da Fundação Oswaldo Cruz; Marcel Bursztyl, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da UnB; Feliz de Bulhões, presidente do Centro Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável; Oded Grajew, do Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social; Antonio Paes de Carvalho, presidente da Extracta Moléculas Naturais; Marcus Luiz Barroso, presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Maria Alice Freire, coordenadora-geral do Centro de Medicina da Floresta, e Maurício Amazonas, gerente do Programa Brasileiro de Ecologia para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* - 0800 61 2211 - e autorizando a publicação.

Willian Rodrigues (São Luís de Montes Belos - GO) pergunta:

O projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prejudica os trabalhadores?

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) responde: Os empresários, de maneira geral, não podem ampliar sua força de trabalho devido ao custo elevado com as obrigações trabalhistas. A flexibilização vai permitir que se possa absorver um maior número de funcionários, aumentando a oferta de empregos do país.

A senadora Marina Silva (PT-AC) responde: O governo está causando sérios prejuízos às conquistas históricas dos trabalhadores. Mais uma vez cabe aos trabalhadores a responsabilidade de resolver os problemas do país, que são de uma amplitude muito grande, e passa pela falta de ocupação para as pessoas. Não pode ser creditada à perda dos direitos e das conquistas dos trabalhadores a responsabilidade de gerar empregos. Até porque nós sabemos que, nos países em que isso aconteceu, não houve aumento significativo de oportunidades para os que estavam desempregados.

Comissão vota empréstimo de US\$ 100 mi para BNDES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará amanhã pedido do presidente da República para que o BNDES possa tomar um empréstimo de US\$ 100 milhões, junto Banco Nórdico de Investimento, para financiar empresas brasileiras de interesse

do Brasil, da Suécia, da Noruega, da Dinamarca e da Finlândia. O empréstimo terá aval da União.

No mesmo dia, a CAE discutirá pedido do presidente da República para perdoar parcialmente a dívida da Costa do Marfim com o Brasil, de US\$ 5,5 milhões, atendendo acordo firmado no âmbito do Clube de Paris, que reúne países ricos da Europa. O Brasil também foi beneficiado pelo acordo do Clube de Paris e pôde alongar sua dívida com países europeus nos anos 90, mas sem perdão.



Projeto de Carlos Wilson, que beneficia agricultor familiar, também está em pauta

Entre os 17 projetos que a CAE examinará amanhã encontra-se proposta do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que concede prioridade aos alimentos oriundos de pequenas propriedades, especialmente as familiares, nas compras

que o governo federal faz para atendimento de seus programas de combate à fome. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Outro projeto em pauta estabelece que os bancos públicos federais aplicarão metade de seus recursos disponíveis para empréstimos no financiamento de pequenas e microempresas. A proposta, de autoria de Osmar Dias (PDT-PR), conta com parecer favorável de Fernando Bezerra (PTB-RN).

Escórcio quer prorrogar fundo para educação

“Além do avanço que representou na educação, o Fundef funcionou como agente de integração e desenvolvimento, sobretudo na Região Nordeste, oxigenando a sua economia e ampliando a oferta de emprego”

O senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) afirmou, na sexta-feira, que as transformações no sistema educacional proporcionadas pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) o estimularam a propor a prorrogação da vigência do fundo. Escórcio anunciou que irá apresentar projeto com esse objetivo nesta semana.

— Além do avanço que representou na educação, o Fundef funcionou também como agente de integração e desenvolvimento, sobretudo na Região Nordeste, oxigenando a sua economia e ampliando a oferta de emprego.



Francisco Escórcio lembra que Fundef deve atender este ano 3.544 municípios em todo o país

Segundo o senador, a implantação do Fundef, em janeiro de 1998, propiciou o aumento do número de alunos matriculados

no ensino fundamental (1ª a 8ª séries do 1º grau), a melhoria do nível de ensino, a redistribuição da renda e o aumento da remuneração dos professores.

Já no primeiro ano de funcionamento, o Fundef garantiu ganhos financeiros a 2,7 mil municípios, registrou o senador. Em 2002, a previsão é de que sejam atendidos 3.544 municípios, beneficiados com um acréscimo de receita de R\$ 4,8 bilhões. O número de matrículas na rede pública do país também passou de 30,5 milhões, em 1997, para 32,5 milhões, em 2000, sendo criados, no período, 127 mil novos postos de trabalho no magistério.

Dados repassados pelo senador dão conta de que o Fundef possibilitou, entre o início de 1998 e junho de 2000, aumento médio de quase 30% na remuneração dos professores. Destaque especial obtiveram os docentes do Nordeste.

— Graças ao aumento de suas receitas, os municípios nordestinos se destacaram no aumento concedido aos professores, que atingiu uma média de 70% no mesmo período — complementou. Nessa região, acrescentou, o fundo permitiu um gasto aluno/ano de R\$ 349,00 em 2001.

Os resultados “expressivos” obtidos pela rede de ensino fundamental depois do Fundef também devem ser creditados, segundo Francisco Escórcio, à gestão do ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

— Quero, por tudo isso, congratular-me com o ministro — declarou, destacando também outras realizações da pasta, como a organização e o aprimoramento dos programas do livro didático e da merenda escolar.

Compromisso com o ensino fundamental

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14/96 e implantado em janeiro de 1998. A maior inovação do Fundef consiste na vinculação de uma parcela dos recursos destinados à educação especificamente para o ensino fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau).

A Constituição destina 25% das receitas de estados e municípios à educação. Com a Emenda Constitucional n.º 14, 60% desses recursos (o que representa 15% da arrecadação global de estados e municípios) ficam reservados ao ensino fundamental. Outra novidade trazida pelo Fundef foi a reserva de 60% dos recursos do fundo para a remuneração dos professores do ensino fundamental.

Mozarildo pede explicações sobre demissão na Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu explicações para as denúncias feitas pelo antropólogo João Dal Poz, divulgadas no site da organização não-governamental (ONG) Amazônia, de que o ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Glênio da Costa Alvarez teria sido demitido por discordar de projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que permite a mineração em terras indígenas.

Ao ler trecho do texto do antropólogo, Mozarildo disse que “o senador Jucá, quando presidente da Funai, firmou contratos irregulares para exploração de madeira em terras indígenas e, agraciado como governador de Roraima pelo ex-presidente Sarney, excedeu-se em favor dos garimpeiros que, aos milhares, invadiram as terras ianomâmis”.

— Nenhum de nós está livre



Mozarildo Cavalcanti defende reflexão sobre o funcionamento da Funai

de prestar explicações. E como essas denúncias podem não ser totalmente verdadeiras, mas são sérias, precisam ser profundamente esclarecidas.

Na opinião do senador, o episódio da demissão deve servir para uma reflexão sobre o funciona-

mento da Funai, órgão com quase 40 anos de existência por onde passaram 25 presidentes e nunca dirigido por um índio.

Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) acentuou as qualidades positivas de Jucá, estranhando que “denúncias relacionadas com fatos de muito tempo atrás estejam ocorrendo agora, quando estamos próximos das eleições”.

Mozarildo contra-argumentou que a demissão de Glênio é fato recente e que a denúncia não está sendo feita anonimamente.

Jucá nega envolvimento na exoneração de funcionário

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) negou qualquer participação na demissão do ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Glênio da Costa Alvarez, que se manifestou contrário à aprovação de projeto de sua autoria permitindo a mineração em terras indígenas. Segundo Jucá, as acusações feitas pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) “não passam de colocações de baixíssimo nível e eleitoreiras”.

— Repudio essas insinuações descabidas e despropositadas feitas pelo senador Mozarildo Cavalcanti, que tomou por base apenas um artigo assinado pelo antropólogo João Dal Poz, da Universidade Federal de Mato Grosso.

Ex-presidente da Funai, o senador explicou que o projeto permitindo a mineração em terras indígenas, já aprovado pelo Senado, está em tramitação há seis



Jucá: projeto sobre mineração tramita na Câmara dos Deputados

anos na Câmara dos Deputados, tendo recebido pareceres favoráveis de duas comissões. Jucá acrescentou que estranha o posicionamento de Mozarildo Cavalcanti, que, lembrou, quando deputado constituinte, não se levantou contra o dispositivo que permitiu a mineração em terras indígenas.

LOTAÇÃO

Jucá encaminhou à Mesa do Senado pedido de esclarecimento sobre a lotação, em 2001, no gabinete da 4ª Secretaria da Casa, do jornalista Expedido Araújo Perônico, como assistente parlamentar. Segundo o senador, o jornalista não dá expediente na secretaria porque mora e trabalha em Rondônia. Para Jucá, foi Mozarildo Cavalcanti quem autorizou a ida do jornalista para Rondônia, na qualidade de 4º secretário.



Marluce Pinto é relatora da CPI que investiga irregularidades na atuação de ONGs

Comissão ouve amanhã diretor de ONG

O presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs), senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), e a relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), convocaram reunião do colegiado para amanhã, às 17h. A CPI das ONGs vai ouvir depoimentos do diretor da Associação Amazônia, Luiz Antônio Nascimento de Souza, e do diretor da APS — Consultoria Política, Alexandre Paes dos Santos. A Associação Amazônia é a organização que motivou o requerimento para criação, no ano passado, da comissão. A entidade é acusada de compra e venda irregular de terras na região amazônica.

A CPI está investigando, com base em denúncias, as seguintes ONGs: Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan), suspeita de operar em conjunto com o Laboratório Novartis para forçar a compra de medicamentos pelo Ministério da Saúde; Fundação O Boticário; Sociedade de Pesquisa da Vida Selvagem; Cooperindio e Associação Amazônia. A reunião da comissão será realizada na Sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

Fogaça: só propostas claras acalmarão mercados

Na opinião do senador, medidas tomadas pelo governo para tranquilizar os investidores são corretas, mas não respondem sobre o que acontecerá em 2003. Por isso ele quer definição, por escrito, dos presidenciais

Ao comentar o “acerto” das medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso para acalmar o mercado e os investidores, o senador José Fogaça (PPS-RS) afirmou, na sexta-feira, que a intranquilidade não cessará porque as dúvidas não dizem respeito ao tratamento da dívida interna agora, mas em 2003. Ele propôs que os candidatos à Presidência da República façam declarações, por escrito, neste momento, sobre suas propostas concretas para rolagem das dívidas interna e externa.

Segundo Fogaça, é salutar que não só os mercados saibam como o próximo governo agirá em relação às finanças, mas também que o eleitor possa definir seu voto sabendo o que a economia lhe reserva.

— O voto será mais consciente, mais seguro — garantiu.

O senador disse que apenas certezas em relação à condução da economia e das finanças poderão acal-



José Fogaça diz que, com propostas definidas, voto será mais consciente

mar os investidores, impedindo novas turbulências.

— Ajuste fiscal mais forte, recompra de títulos da dívida externa, dinheiro liberado pelo FMI, tudo isso é bom para a economia, mas não resolve a questão fulcral: o que acontecerá em 2003? — argumentou.

Em aparte, o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), afirmou que o candidato do PSDB à sucessão presidencial, senador José Serra (SP), está preparado para explicitar suas propostas em rela-

ção à dívida interna, assumindo compromissos em relação a elas.

— Tenho certeza de que o candidato do PPS, Ciro Gomes, também estará disposto a fazê-lo. Quanto aos demais, talvez nem saibam o que seja dívida interna — disse.

SÚMULA VINCULANTE

Fogaça anunciou ter apresentado uma emenda à proposta de reforma do Judiciário, substituindo o dispositivo da súmula vinculante pelo da súmula impeditiva de recursos. Ele explicou que, em vez de impedir que os juízes de 1ª instância possam julgar matérias constitucionais já decididas pelo Supremo Tribunal Federal, sua proposta apenas impede que haja recursos das instâncias intermediárias aos tribunais superiores, caso sejam julgados indevidos.

— A modificação não tira o poder do juiz singular, mas impede que recursos duplicadores e indevidos travem o andamento dos processos nos tribunais superiores — esclareceu Fogaça.

Patrocínio prevê crescimento da candidatura de Ciro Gomes

Na condição de líder do PTB, o senador Carlos Patrocínio (TO) destacou em Plenário, na sexta-feira, a “extraordinária” convenção nacional da Frente Trabalhista (PTB/PPS/PDT) que homologou a candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República. Realizada em Pindamonhangaba (SP), cidade natal de Ciro, a convenção também referendou a indicação do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, ao cargo de vice-presidente da República.

Ao discorrer sobre o currículo do presidencial da chapa trabalhista, Patrocínio afirmou que o ex-ministro da Fazenda, ex-go-

vernador do Ceará e ex-prefeito de Fortaleza “é um homem altamente preparado”.

— Quando não estava ocupando cargo público, Ciro se preocupava em estudar e se preparar para dirigir os destinos do país — observou o senador petebista, que também exaltou a atuação de “Paulinho” no chamado “sindicato de resultados”.

A expectativa de Patrocínio, manifestada no pronunciamento, é a de que o desempenho de Ciro Gomes nas pesquisas melhore com o início dos programas partidários na TV.

— Temos certeza de que o nome



Para Carlos Patrocínio, Ciro Gomes “é um homem altamente preparado”

de Ciro vai ganhar repercussão nacional após a propaganda eleitoral — declarou.

A “onda de euforia” que teria tomado conta da candidatura também foi reforçada, comentou Patrocínio, pelo lançamento da candidatura do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, ao Senado.

risco a legitimidade dos eleitos. Mas observou que relatórios do Tribunal Superior Eleitoral atestam que o somatório dos votos nulos e em branco e as abstenções chega a atingir 40%.

Ele informou que à sua iniciativa já foram incorporadas outras de senadores e deputados, resultando na PEC nº 44/99, que tem parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Para Requião, sobrevivência do Brasil exige unidade nacional

Ao anunciar em Plenário, na sexta-feira, sua intenção de apresentar à convenção do PMDB, marcada para o sábado, uma proposta de unidade partidária e nacional, o senador Roberto Requião (PR) afirmou que isso é indispensável na situação atual do país. “O Brasil está quebrando, está falindo, está indo para o caminho da Argentina”, advertiu.

Requião referiu-se a notícias de que o “rolo compressor” do governo estaria pretendendo passar por cima da convenção peemedebista e, mesmo colocando em dúvida os supostos acordos anunciados, observou: “O problema, no entanto, não é se o governo está comprando e se alguns delegados estão vendendo apoio. O problema é estrutural, o problema se refere à situação da economia brasileira”.

Na opinião do senador, o Brasil



Requião afirma que “o Brasil está indo para o caminho da Argentina”

está “numa entaladela” semelhante à que a Argentina enfrenta. “A Argentina é o Brasil amanhã, se o processo eleitoral não estabelecer modificações profundas”, salientou, explicando que talvez não sejam possíveis reformas abruptas.

— Talvez as primeiras medidas do novo governo sejam muito pa-

recidas com as medidas desesperadas que o atual toma para não ser esmagado no processo eleitoral. No entanto, medidas emergenciais e provisórias apenas retardam a crise — afirmou, acrescentando que “é preciso que medidas emergenciais sejam tomadas, mas é fundamental que um novo modelo seja construído. A mudança estrutural é urgente, e a convocação para a unidade nacional é uma necessidade de sobrevivência do Brasil como país soberano, como nação com perspectiva de futuro”.

PT é “lobo em pele de cordeiro”, afirma Távola

Ao repudiar a cartilha editada pelo Partido dos Trabalhadores com os escândalos que, segundo a publicação, marcaram o governo Fernando Henrique, o senador Ártur da Távola (PSDB-RJ) disse que a banda de apoio ao governo não deixará de responder a esses ataques. Ele criticou a “postura moralista” dos petistas e cobrou a apresentação do programa do PT para a economia.

— Seguramente, o nível da campanha vai baixar. O desespero do PT está se traduzindo em algo a que o partido se acostumou, que é a malícia, a agressividade e a maldade — afirmou, comparando o Partido dos Trabalhadores ao lobo que se reveste de pele de cordeiro.

Para Távola, a atitude dos petistas, de apontar sempre os erros dos ou-



Segundo Távola, “desespero do PT” fará o nível da campanha baixar

tros, ao mesmo tempo em que apregoam que são os únicos puros, “é uma postura fácil” e caracteriza um desvio doutrinário. Ele criticou os discursos petistas, que qualificou como

“vingativos”, estimuladores do ódio e antiquados, já que, frisou, não representam o pensamento moderno das lideranças da esquerda.

— É uma pregação eleitoral. Assim foi nos oito anos do governo FHC. Que atos suspeitos não foram investigados? — questionou, afirmando que, nesse período, tanto o senador José Serra (PSDB-SP) quanto o presidente Fernando Henrique nunca praticaram ato antiético.

Távola também desafiou o PT a apontar o governo estadual, sob a administração daquele partido, que tenha removido as causas profundas da miséria.

Senador defende adoção do voto facultativo no país

Por entender que o voto facultativo é uma questão que aflige mais os políticos que os cidadãos, o senador Carlos Patrocínio pediu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vote proposta de emenda à Constituição de sua autoria que libera os eleitores da obrigação de votar. Segundo ele, pesquisas revelam que a maioria da população brasileira não só apóia o voto facultativo, como repudia o

obrigatório.

O senador mencionou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, que recentemente defendeu a extinção do voto obrigatório, salientando que poucos eleitores observam a importância do voto, comparecendo às urnas apenas pela imposição legal.

Patrocínio admitiu que o voto facultativo poderia resultar num elevado índice de abstenção, pondo em

Governo vai protestar junto à OMC, diz Jucá

Vice-líder governista informa que a Organização Mundial do Comércio irá, nos próximos dias, receber protesto formal contra nova lei agrária norte-americana, cuja aplicação resultará em prejuízos ao Brasil e a outros países

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), comunicou ao Plenário, na sexta-feira, que o governo brasileiro irá apresentar, nos próximos dias, um protesto formal junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a nova lei agrária norte-americana. Ele disse que a medida adotada pelos Estados Unidos irá causar grandes prejuízos à agricultura de vários países, em especial do Brasil.

Segundo dados da Federação Agrícola Brasileira citados por Jucá, apenas no setor de plantação de soja, os prejuízos resultantes da lei americana estimados para os próximos cinco anos serão da ordem de US\$ 6,5 bilhões.

Jucá registrou crítica aos Esta-

dos Unidos pelo fato de o país não ter comparecido a recente reunião da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), realizada na Itália, em que foi debatida a fome no mundo. Ele protestou contra a ausência de outros países desenvolvidos ao encontro.

— A postura desses países ausentes demonstra o descaso que têm com a humanidade — lamentou ele.

ELEIÇÕES

No mesmo pronunciamento, Jucá anunciou matéria publicada na edição desta semana da revista *IstoÉ* com os resultados de nova pesquisa eleitoral, que mostra o crescimento do candidato de seu partido à Presidência da República. Conforme informou, a maté-

Farm Bill prejudica produtores brasileiros

A nova lei agrária norte-americana, conhecida como Farm Bill, entra em vigor no mês de setembro. Ela concede subsídios de **US\$ 190 bilhões** nos próximos dez anos. No caso da soja, os produtores receberão **US\$ 213 por tonelada** do produto, o que significa que eles vão ter subsídio de **35%** acima da cotação internacional. **Trigo, algodão e milho** também são contemplados pela lei.

ria aponta que o candidato do governo, senador José Serra (PSDB-SP), tem 23,3% das intenções de voto e o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, tem 40,5%.

Luiz Otávio pede justiça para estado exportador

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) pediu ao Plenário, na sexta-feira, aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria compensação financeira, tomando por base parte da receita do Imposto de Importação, aos estados que produzirem saldo positivo na sua balança comercial com o exterior.

Luiz Otávio informou que a proposta é de autoria do senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) e está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Luiz Otávio: medida favorece estados superavitários

Estados brasileiros que apresentaram superávit em 2001

(Em US\$ milhões)		(Em US\$ milhões)	
Minas Gerais	3.044,0	Rio Grande do Norte	98,9
Rio Grande do Sul	2.294,0	Piauí	24,6
Santa Catarina	2.168,0	Rondônia	20,9
Mato Grosso	1.259,5	Amapá	19,3
Paraná	389,0	Paraíba	15,1
Alagoas	240,9	Tocantins	1,5
Goiás	205,0	Roraima	1,0
Mato Grosso do Sul	192,1	Acre	0,4

Fonte: Secex

Atualmente, lembrou Luiz Otávio, a legislação veda a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a exportação de produtos. Com isso, os estados que exportam deixam de arrecadar o imposto, apesar de serem obrigados a investir pesadamente

em infra-estrutura, como na construção de estradas e na ampliação de portos.

Luiz Otávio observou que a PEC trará justiça aos estados exportadores, como o Pará, já que é superavitário na balança comercial brasileira. Ele informou que o estado apresentou, em 2001, um saldo de US\$ 2,033 bilhões.



Rebanho de Rondônia está livre de aftosa, afirma Sartori

Sartori destaca medida que permite exportação de carne

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) agradeceu ao Ministério da Agricultura as providências para a realização de sorologia no rebanho bovino de Rondônia, a partir do mês de setembro. A medida, lembrou, possibilitará a saída do estado do ciclo de risco da febre aftosa e o restabelecimento das exportações de todos os tipos de carne para os Estados Unidos e a União Européia.

Sartori manifestou sua confiança de que o rebanho de Rondônia está completamente livre dos riscos de aftosa, tendo em vista o grande esforço de vacinação que os pecuaristas da região vêm empreendendo nos últimos anos.

— Tenho certeza de que a sorologia não detectará atividade viral nas amostras coletadas, restabelecendo selo de qualidade da nossa pecuária de corte — disse.

O senador ressaltou ser a pecuária atividade-base da economia do estado e o restabelecimento das exportações de carne com osso terá reflexos positivos no preço do boi gordo, com crescimento da economia e do número de empregos.

Para Lauro, FHC agravou crise estrutural do país

O senador Lauro Campos (PDT-DF) disse na sexta-feira, da tribuna do Senado, que o atual governo aprofundou a crise estrutural do país, ao “jogar dinheiro fora”, desfazendo-se do patrimônio do Estado, expandindo os níveis de endividamento e, conseqüentemente, neutralizando sua função keynesiana — relativa ao economista britânico John Maynard Keynes — de poder agir sobre as forças produtivas nos momentos de crise.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, no entendimento do senador, instituiu no Brasil o Estado antinacional, fazendo prevalecer os interesses estrangeiros.

— O Brasil entrou em anorexia



“O Brasil entrou em anorexia”, diz Lauro Campos

e não consegue exercer suas funções de Estado capitalista. Vivemos o governo da neonada — disse Lauro Campos, ao referir-se à tendência política neoliberal do atual governo.

A “UTI” do sistema capitalista, à medida que o tempo passa, fica cada vez mais ca-

ra, afirmou o senador, ao discorrer sobre os desvios provocados por esse modelo de produção, que, segundo ele, gera gravíssimas distorções sociais. O atual governo, com o seu neoliberalismo — disse Lauro Campos —, buscou a “modernidade”, a frieza e o racionalismo.

— E é assim que deixamos nossa população subir os morros e morrer de fome — concluiu.

Melo: avanço técnico acirra disputa entre capital e trabalho

Ao fazer do futuro do capitalismo tema de seu pronunciamento na sexta-feira, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que o ganho de produtividade do avanço tecnológico poderá ser o próximo objeto de disputa entre capital e trabalho. Ele questionou o fato

de apenas as empresas terem até hoje se beneficiado da economia de tempo e da multiplicação de resultados do progresso técnico.

O senador observou que o avanço tecnológico introduziu um novo formato para a antiga mais-valia descrita pelo filósofo alemão Karl Marx no século 19. Ele recordou que seu pai, representante comercial em Natal de uma empresa de fogões do Rio Grande do



Para Melo, modelo atual introduziu novo formato da mais-valia

Sul, precisava de até três meses para confirmar uma encomenda por meio dos Correios. Atualmente a operação poderia levar apenas 10 minutos.

— Existe um enorme ganho de tempo com o aumento de produtividade. Talvez aí esteja o núcleo da nova contradição: entre beneficiar-

se integralmente o sistema produtivo do ganho de produtividade e parte deste ganho ser destinado à vida das pessoas. O processo de aumento da produtividade deve prosseguir, mas quem sabe não se poderia partilhar com o ser humano um pedaço do tempo economizado? — questionou.

Na opinião de Melo, o modelo atual de capitalismo deveria ser estudado por um novo Marx.